

Do feminismo a Judith Butler

Miguel Vale de Almeida

Apesar de discordâncias no plano das ilações políticas e práticas retiradas por muitos e muitas ativistas do pensamento de Butler, o seu nome ocupa um lugar incontornável no pensamento e na acção em torno do género, da sexualidade e dos sujeitos destas realidades e movimentos. Os seus livros mais conhecidos – *Gender Trouble* (1990) e *Bodies That Matter* (1993) – são representativos daquilo que ela busca na totalidade da sua obra: compreender a formação da identidade e da subjetividade.

A sua interrogação do Sujeito é o tema central: através de que processos passam os sujeitos a existir, de que modos são construídos, e como resultam ou falham essas construções. Butler diz que todo o seu trabalho gira em torno de perguntas Hegelianas: qual é a relação entre o desejo e o reconhecimento; como é que a constituição do sujeito implica uma relação radical e constitutiva com a alteridade? Ela descreve o desejo como um esforço incessante para ultrapassar as diferenças externas, as quais no fim revelam ser características imanentes do próprio sujeito. O desejo é definido como um impulso no sentido do conhecimento, da autoconsciência. Hegel dizia que apenas através do conhecimento e do reconhecimento de outrem é que o *self* pode conhecer-se a si mesmo. Por isso o desejo é sempre desejo por qualquer coisa Outra, mas que acaba por ser desejo pelo próprio Sujeito. O Sujeito só pode conhecer-se através de Outro, mas no processo de se reconhecer a si mesmo e de se constituir tem que superar ou aniquilar o Outro, sob pena de colocar a sua existência em risco. O *self* e o Outro não estão apenas intimamente relacionados, eles são Um e o Outro, e é através do mútuo reconhecimento que cada um passa a existir. Então, o desejo não é uma atividade puramente de consumo, como antes caracterizada, mas sim uma troca ambígua em que duas autoconsciências afirmam a sua autonomia simultânea e a mútua alienação.

Não vou, no entanto, concentrar-me neste aspecto, que está bastante elucidado no seu primeiro livro, a sua tese de doutoramento, intitulado *Subjects of Desire* (1987) e dedicado ao estudo da influência de Hegel na filosofia francesa do século XX.

O problema do género e os problemas com o género

Entro sim, e diretamente, em *Gender Trouble*, de 1990. Nele, o desejo, o reconhecimento, a alteridade e a constituição do sujeito ainda estão presentes como no primeiro trabalho. Mas *Gender Trouble* vai mais longe, ao concentrar-se na forma como a identidade de género é construída no discurso e pelo discurso. [E aqui convém lembrar o que entendemos por discurso: um modo institucionalizado de pensar, uma fronteira social que define o que pode ser dito sobre um determinado tópico ou, nas palavras de Butler, os limites do aceitável quando se fala de algo]. O livro apresenta formulações teóricas em torno da crítica foucauldiana do sujeito, de leituras das teorias estruturalistas, feministas e psicanalíticas, e da teorização das identidades melancólicas e performativas. O ponto de partida é um ponto de ruptura: as feministas teriam erroneamente partido do princípio da existência de “um sujeito” acriticamente designado por

“Mulher” ou “as mulheres”. *Gender Trouble* questiona isto, propondo ao invés um sujeito-em-processo que é construído no discurso e pelos atos que performatiza. Butler defende que a identidade de gênero é uma sequência de atos, mas também defende que não existe um performer ou ator pré-existente, fazedor dos atos. Por isso estabelece uma distinção entre performance (que pressupõe a existência de um sujeito) e performatividade (que não pressupõe um sujeito, antes fá-lo). Abordarei este assunto mais adiante.

O primeiro ponto de inovação em relação ao feminismo da segunda vaga é que para Butler as feministas, apesar de terem rejeitado a ideia de que a biologia é destino, desenvolveram, todavia, uma narrativa da cultura patriarcal que parte do princípio de que os gêneros masculino e feminino seriam inevitavelmente construídos, pela cultura, sobre corpos macho e fêmea, tornando outra vez o destino inescapável. Mais: Butler afasta-se da crença comum de que o sexo, o gênero e a sexualidade existem em relação uns com os outros. Por exemplo, se se é biologicamente fêmea, é esperado que se demonstrem traços femininos e, num mundo heteronormativo, que se desejem homens. Pelo contrário, Butler reivindica que o gênero não é natural, pelo que não há relação necessária entre o corpo que se tem e o gênero. No fundo, ela defende que o sexo afinal foi sempre gênero. Para Butler, a crítica feminista deveria analisar como a categoria “mulher” é produzida e limitada pelas estruturas de poder, e não esperar dessas estruturas de poder a fonte de emancipação.

Em vez de investir numa crítica do patriarcado, Butler dedica-se ao que ela chama uma genealogia feminista da categoria “mulheres”. Ela usa “genealogia” no sentido foucauldiano de uma investigação sobre como funcionam os discursos e o objetivos políticos que eles cumprem. A ideia de que o sujeito é um efeito mais do que uma causa é central para a teoria da identidade performativa. A ideia de que talvez o sexo tenha sido sempre gênero questiona obviamente a distinção entre sexo e gênero hoje já bastante estabelecida quer na teoria feminista quer no pensamento das ciências sociais em geral. Butler dispensa a ideia de que quer o gênero quer o sexo sejam uma substância, argumentando que uma cultura heterossexista estabelece a coerência destas categorias de modo a perpetuar e manter o que a poeta feminista Adrienne Rich designara como *compulsory heterosexuality*. Também a expressão “metafísica da substância” refere a crença generalizada de que o sexo e o corpo são auto-evidentes enquanto entidades naturais. Para Butler, o sexo e o gênero são construções culturais fantasmáticas, que dão contorno e definição ao corpo.

É fulcral, para perceber o seu modelo de identidade, compreender como ela parte da premissa de que o gênero é um constructo discursivo, algo produzido. Butler caracteriza a *Lei* (no sentido freudiano e lacaniano) como múltipla, proliferante e potencialmente auto-subversiva, em vez de recorrer a um modelo proibitivo, singular e rigidamente repressivo. O gênero pode ser caracterizado como uma estrutura, um molde ou uma grelha na qual ou através da qual, o sujeito é moldado. Butler interessa-se pelas “disposições” referidas por Freud mas em vez de as aceitar como inatas, ela quer saber como é que as disposições “masculina” e “feminina” podem ser localizadas numa identificação. Para ela as disposições são o efeito de identificações com o pai do mesmo ou diferente sexo e não as causas dessas identificações. Ou seja, o desejo não vem primeiro. Enquanto que Freud descreve a formação do ego enquanto estrutura melancólica porque a criança é forçada a desistir do desejo pelos seus pais em

resposta ao tabu do incesto, Butler argumenta que o tabu do incesto é precedido por um tabu contra a homossexualidade. Ela afirma que a identidade de género aparece primeiro como interiorização de uma proibição. Uma vez que a proibição é contra a homossexualidade, para Butler toda a identidade de género se funda num desejo ou *cathexis* homossexual proibido. Se a melancolia é a resposta a uma perda real ou imaginada, e se a identidade de género heterossexual é formada na base de uma perda primária do objecto de desejo do mesmo sexo, segue-se que a identidade de género heterossexual é melancólica. Butler fala de identificação em termos de interiorização, querendo com isso dizer, com Freud, que o objeto perdido é introjetado, estabelecendo-se no ego enquanto identificação.

Ela pergunta-se, ainda, onde ocorre a identificação melancólica, concluindo que as identificações são incorporadas, isto é, preservadas na superfície do corpo. A interiorização literaliza a perda no corpo, surgindo então como a facticidade do corpo, o modo através do qual o corpo acaba por ter o “sexo” como sua verdade literal. Ou seja: é-se o que se desejou e já não é permitido desejar. O que importa aqui é a ideia de que o corpo é um efeito do desejo e não a sua causa. O corpo é uma estrutura imaginada e consequência do produto do desejo. No entanto, embora concordando com Freud e Lévi-Strauss na noção de que as identidades sexuais e de género resultam de leis e tabus, ela afirma também que a Lei produz as identidades e desejos inadmissíveis que reprime, de modo a estabelecer e manter a estabilidade das identidades de género e sexo aceitáveis – no que é um uso da crítica da hipótese repressiva feita por Foucault. A Lei que proíbe uniões incestuosas ou homossexuais simultaneamente inventa-as e convida-as. A heterossexualidade requer a homossexualidade de forma a poder definir-se e a manter a sua estabilidade.

Vejamos agora a questão da performatividade. Butler, como vimos, colapsou a distinção sexo-género de modo a argumentar que não há sexo que não seja desde logo e sempre género, não havendo corpo natural pré-existente à sua inscrição cultural. O género não é algo que se é, mas algo que se faz, um ato ou, melhor, uma sequência de atos, um verbo e não um substantivo, um conjunto de atos repetidos dentro de uma moldura reguladora rígida. Isto mostra que ela não sugere que o sujeito seja livre de escolher o género que quer colocar em ato. É aliás por isso que é importante a distinção entre performance e performatividade. A performance necessita de um sujeito pré-existente, a performatividade questiona a própria noção de sujeito. Ela explicitamente liga a sua noção de performatividade à teoria de Austin em *How to do things with words* e à desconstrução dessa teoria feita por Derrida no ensaio *Signature Evenement Contexte*.

Mas se há vinheta pela qual Butler ficou famosa é a que utiliza a imagem do *drag* em geral e da *drag queen* em particular. Todo o género é uma forma de paródia, mas algumas performances de género são mais paródicas que outras. Performances paródicas como o *drag* revelam eficazmente a natureza imitativa de todas as identidades de género, não pressupondo um original, já que é a própria noção de original que está a ser parodiada. É claro que o problema está em que a subversão e a agência estão condicionadas por discursos a que não podem escapar. Há, de facto, formas de *drag* que não são subversivas, por exemplo *Tootsie* ou *Mrs Doubtfire*, pois servem para reforçar as estruturas de poder. Mas a subversão pode existir. Não se trata da morte do sujeito, mas do

surgimento de um novo, caracterizado pela possibilidade de subversão e agência. A construção, diz Butler, não se opõe à agência, e ela recusa a crença de alguns críticos hostis às chamadas formulações pós-modernas de identidade, pois para ela a desconstrução da identidade não é a desconstrução da política, antes politizando os termos que articulam a identidade. A subversão deve ocorrer a partir do discurso existente, uma vez que ele é tudo o que há.

O problema do corpo e os problemas com o corpo

Em *Bodies That Matter* Butler diz claramente que não nega a materialidade do corpo, mas sim que só apreendemos essa materialidade através do discurso. A atribuição de sexo à nascença, por exemplo, dá-se através da interpelação. Butler pede-nos que pensemos na interpelação médica que (independentemente das atuais ecografias) muda a criança de assexuada para um “ele” ou “ela”; nessa nomeação a rapariga é *rapariguizada*, trazida para o domínio da linguagem e do parentesco através da interpelação do género. Ela refere-se obviamente à noção de interpelação de Althusser, no seu exemplo do cidadão que responde à chamada do polícia, tornando-se sujeito nesse momento, pois a existência de ideologia e o apelo ou interpelação dos indivíduos enquanto sujeitos são uma e a mesma coisa – para ele. Mas a interpelação não pode ocorrer num só sentido. No exemplo de Butler a criança que é sexuada não gira a cabeça na direção do interpelador. Butler usa o mesmo argumento anterior para revelar como o corpo aparentemente natural acaba por ser um efeito naturalizado do discurso – um corpo como significado, que só pode ser conhecido através da linguagem e do discurso.

Butler enfatiza, aliás, a materialidade da linguagem e a natureza linguística da materialidade. Não se opõem: o corpo é um processo de materialização que estabiliza ao longo do tempo de modo a produzir o efeito de fixidez, de fronteira e de superfície que chamamos matéria. Acusada de construtivista radical, Butler diz que esta acusação acerta ao lado, já que não percebe o que é uma posição desconstrutivista. Esta não se reduz à afirmação de que tudo é discursivamente construído; desconstruir é reconhecer e analisar as operações de exclusão, elisão e abjeção na construção discursiva do sujeito. A construção não é um processo unilateral iniciado por um sujeito, nem o discurso e o poder são atos personificados ou atribuídos a um só agente. Dizer que o sexo é sempre performativo é dizer que os corpos nunca são meramente descritos, são sempre constituídos no ato da descrição. Quando o médico ou enfermeira declaram “é um rapaz” não estão simplesmente a relatar o que veem, estão de facto a consignar um sexo e um género a um corpo que não pode existir fora do discurso. Ou seja, é um ato performativo. “É uma rapariga” não é uma afirmação factual mas uma interpelação que inicia um processo de *rapariguização*, um processo baseado em diferenças percebidas e impostas entre homens e mulheres. Butler refere um cartoon em que a uma criança lhe é atribuído o seu lugar no sistema de sexo-género com a exclamação “é uma lésbica”. Mais do que uma piada essencialista, a apropriação *queer* do performativo mima e expõe o poder da lei heterossexualizante. Austin falava dos performativos felizes e infelizes, os que resultam e os que não resultam. Derrida vai mais longe dizendo que isso é uma característica intrínseca de todos os signos linguísticos, vulneráveis à apropriação, reiteração ou re-citação. É isto

que ele chama a iterabilidade essencial do signo, que não pode ser contido e fechado por nenhum contexto, convenção ou intenção autorial. Os signos, para Derrida, podem ser transplantados para contextos inesperados e citados em modos inesperados, em apropriações e realocações que ele chama *citational grafting*: todos podem aparecer entre aspas, como “sexo”, citados, enxertados (*grafted*) e reiterados de formas não conformes com a intenção original, por exemplo de um escritor. Isto é constitutivo do signo, e é nisto que Butler pega para falar de paródia e *drag* e da subversão por dentro. Butler refere-se a práticas subversivas através das quais os performativos de género são “citados”, enxertados noutros contextos. Revelando assim a citacionalidade e o intrínseco – mas necessário e útil – falhanço de todos os performativos de género.

O problema do político e os problemas políticos

O feminismo deslocou o sujeito ao introduzir a variável de género. E separou sexo de género num gesto com propósitos anti-essencialistas. Paradoxalmente, isto poderá ter reforçado uma visão naturalista do corpo e do sexo, assim como deixou em silêncio a questão da orientação sexual. Esta foi pegada, não sem alguma tensão com o feminismo da segunda vaga, pelo movimento LGBT. Também paradoxalmente, este contribuiu para uma sobre-identificação das identidades gay e lésbicas. Na terceira vaga, teorizações de tipo *queer*, vindas do campo LGBT e feminista, em que se destaca Butler, vieram questionar a estabilidade dos sujeitos e das identidades. Deslocaram o sujeito mulher e o sujeito gay da política emancipatória; colapsaram sexo e género numa perspetiva discursiva; e abriram a possibilidade do entendimento destes enquanto performatividades.

Quais as consequências políticas? Butler afirmou-se mais do que uma vez contra o essencialismo estratégico. Como a teoria *queer*, que a reivindica para si. Um dos contributos mais fortes de Butler em *Gender Trouble* é a ideia de que a heterossexualidade emerge de uma homossexualidade repudiada que é preservada na estrutura mesma desse repúdio. A asserção e o repúdio requerem a homossexualidade de modo a se constituírem. Longe de obliterar a homossexualidade, sustentam-se nas estruturas que a proíbem. A homossexualidade não é abolida, mas sim preservada precisamente na proibição da homossexualidade. Porque a identidade heterossexual se funda no desejo proibido por membros do mesmo sexo, desejar um membro do mesmo sexo em adulto despoleta o pânico de e desestabiliza a identidade de género. O *drag* seria uma alegoria da melancolia heterossexual, em que o performer *drag* masculino assume o género feminino, que repudiou, como possível objeto de amor.

Estendendo este paradigma à identidade de género em geral, Butler diz que a lésbica melancólica mais verdadeira é a mulher estritamente heterossexual, e o gay melancólico mais verdadeiro é o homem estritamente hetero. Ou seja, identidades hetero muito rígidas ou exageradas são sintomáticas de desejo homossexual repudiado numa cultura de melancolia hetero, em que os desejos repudiados retornam como identificações hiperbólicas. Butler defende que sem uma crítica do sexo como algo produzido pelo discurso, a distinção sexo/género como estratégia feminista de contestação das construções binárias assimétricas de género e heterossexualidade compulsória não terá efeito. Acusada de passividade moral por autoras como, por exemplo, Martha

Nussbaum - que lamenta a retirada das preocupações legais e institucionais que contribuem para ganhos materiais e práticos para as mulheres, versus os movimentos gestuais isolados que encorajam o derrotismo e colaboram com o mal - Butler responde dizendo que levar a sério a opacidade de si perante si mesmo nas deliberações éticas significa interrogar criticamente o mundo social em que nos tornamos humanos e que constitui justamente aquilo que não conseguimos saber sobre nós próprios. Nesse sentido Butler localiza a crítica social e política no centro da prática ética. Em vez de propor uma visão utópica, sem noção de como lá chegar, Butler apela à ação subversiva no presente: *gender trouble*”, ou a mobilização, a confusão subversiva e a proliferação de géneros e, portanto, de identidades.

Daí talvez a sua posição sobre a demanda pela igualdade no casamento como forma de pedir o reconhecimento do estado e como ocultadora de sexualidades não *mainstream*. O campo a favor e o campo contra participariam da mesma lógica. Tenho grandes dúvidas quanto à transposição do pensamento crítico de Butler para a ação política. Recorrendo às suas ideias, poderia dizer-se que o símbolo casamento contém a possibilidade de se resignificar através da inclusão de novas categorias de membros. E custa-me imaginar uma política que não assente em subjetividades que participem de identificações coletivas. Talvez o essencialismo estratégico seja aceitável na medida em que reflita sobre si próprio (já o faz ao definir-se como estratégico) de formas crescentemente *queer*. Mas uma política à partida *queer*, nas atuais condições, não será uma política utópica – que imagina, ao contrário do que Butler diz, que é possível estar fora do discurso que nos formou e forma?